

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 307.945 - SP (2013/0061203-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO BASTOS E OUTRO(S) - SP103033
GLAUCIA REGINA PEDROGA - SP229247
AGRAVADO : UNIAGRO - ARAÇATUBA UNIÃO AGRÍCOLA E
REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO : ROBERTO KOENIGKAN MARQUES E OUTRO(S) - SP084296

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto de acórdãos que receberam as seguintes ementas (e-STJ fls. 1.185 e 1.253):

AÇÃO REVISIONAL - Juros - Capitalização Inadmissibilidade, em período inferior ao anual à míngua de previsão na legislação de regência da matéria - Súmula 121 do E. STF - Inaplicabilidade do art. 5º da Medida Provisória 1.963-17/2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001) - Agravo retido e recurso do réu improvidos, e recurso adesivo da autora provido

Contrato bancário - Ação revisional - Encargos financeiros - Capitalização mensal de juros - Invocação da Medida Provisória 1.963-17/2000 (reeditada sob o n. 2.170-36/2001) - Inadmissibilidade - Pactuação não demonstrada pelo embargante - Medida que, ademais, encontra-se suspensa, porquanto devem prevalecer as decisões monocráticas que suspenderam a eficácia do artigo 5º desta M.P., embora a respectiva ação de inconstitucionalidade não tenha alcançado o seu termo (REsp n. 811.456/RS) - Embargos infringentes rejeitados.

Alega-se ofensa aos arts 5º da Medida Provisória n.º 2.170-36/2001; 461 do Código de Processo Civil; 206 e 354 do Código Civil de 2002; à Súmula nº 372 do STJ; bem como dissídio.

Relatados, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta

Corte.

Trata-se de ação de revisão de contrato bancário (contrato de abertura de crédito - cheque especial).

Quanto ao tema da prescrição, tem-se que o Tribunal de origem aplicou o prazo de 3 (três) anos postulado pela instituição financeira recorrente, contados da entrada no Código Civil de 2002 pela aplicação da regra de transição do art. 2.028 do mesmo diploma.

A aplicação da referida regra de transição não foi objeto de impugnação específica pelas razões do recurso, de modo que incide, no ponto, o verbete nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em relação ao tema da capitalização mensal dos juros, tem-se que o Tribunal de origem registrou não haver comprovação da pactuação do referido encargo (fl. 1.256).

Assim, a reforma do julgado e o provimento do recurso nos termos em que pretendido somente se faria possível por meio de reexame de matéria contratual e fática da lide, vedado nos termos dos verbetes n. 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Quanto aos temas da imputação do pagamento e da multa do art. 461 do Código de Processo Civil de 1973, melhor sorte encontra a pretensão, eis que o acórdão recorrido é contrário ao posicionamento desta Corte Superior em hipóteses semelhantes:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CONTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE REVISÃO. DETERMINAÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS SOB PENA DE MULTA DIÁRIA. NÃO CABIMENTO.

1. A imposição da multa cominatória prevista no art. 461 do CPC é restrita às demandas que envolvem obrigação de fazer e não fazer, sendo incabível em sede de pedido incidental de exibição de documentos.

2. Entendimento pacífico de ambas as Turmas da Segunda Seção desta Corte.

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1294856/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. FASE INSTRUTÓRIA. DIFERENÇAS DE CORREÇÃO EM CONTA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTO. EXTRATOS.

1. A ordem incidental de exibição de documentos, na fase instrutória de ação ordinária de cobrança, encontra respaldo, no sistema processual vigente, não no art. 461 invocado no recurso especial, mas no art. 355 e seguintes do CPC, que não prevêem multa cominatória. Isso porque o escopo das regras instrutórias do Código de Processo Civil é buscar o caminho adequado para que as partes produzam provas de suas alegações, ensejando a formação da convicção do magistrado, e não assegurar, de pronto, o cumprimento antecipado (tutela antecipada) ou definitivo (execução de sentença) de obrigação de direito material de fazer, não fazer ou entrega de coisa.

2. Segundo a jurisprudência consolidada do STJ, na ação de exibição de documentos não cabe a aplicação de multa cominatória (Súmula 372). Este entendimento aplica-se, pelos mesmos fundamentos, para afastar a cominação de multa diária para forçar a parte a exhibir documentos em medida incidental no curso de ação ordinária condenatória. Nesta, ao contrário do que sucede na ação cautelar, cabe a presunção ficta de veracidade dos fatos que a parte adversária pretendia comprovar com o documento (CPC, art. 359), cujas consequências serão avaliadas pelo juízo em conjunto com as demais provas constantes dos autos, sem prejuízo da possibilidade de busca e apreensão, nos casos em que a presunção ficta do art. 359 não for suficiente, ao prudente critério judicial.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1179249/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 03/05/2011)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. IMPUTAÇÃO DE PAGAMENTO. POSSIBILIDADE. ORDEM DE PREFERÊNCIA DE PAGAMENTO QUE DIFERE DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Agravo interno contra decisão singular que deu parcial provimento ao recurso especial da instituição financeira, ora agravada, reconhecendo-se a violação ao art. 354 do Código Civil, que assim

dispõe: "Art. 354. Havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e depois no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar a quitação por conta do capital."

2. "A imputação do pagamento primeiramente nos juros é instituto que, via de regra, alcança os contratos em que o pagamento é diferido em parcelas. Objetiva diminuir a oneração do devedor. Ao impedir que os juros sejam integrados ao capital para, só depois dessa integração, ser abatido o valor das prestações, evita que sobre eles (juros) incida novo cômputo de juros. É admitida a utilização do instituto quando o contrato não disponha expressamente em contrário" (AgInt no REsp 1.735.450/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 2/4/2019, DJe de 8/4/2019).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1515690/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 19/12/2019)

Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial apenas para afastar a multa do art. 461 do Código de Processo Civil de 1973 na espécie, bem como para admitir a imputação do pagamento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora